

Actividade Profissional:

Ingressou na Função Pública em 1979, para a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (DGHEA), como engenheiro de 2.ª classe, exercendo funções na Divisão de Estruturas Hidráulicas.

Passou a Assessora Principal do quadro do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) em 2002.

Foi Coordenadora Nacional do Programa de Pequenos Regadios Individuais do PEDAP, integrada na DGHEA, entre 1985 e 1991, tendo recebido um louvor pela participação no Dossier IV do Regulamento CEE, publicado no *Diário da República* n.º 3/1997.

Integrou a Comissão Organizadora dos I e II Seminários Luso-Espanhóis subordinados respectivamente aos temas: “Rega, Drenagem e Emparcelamento” (1978) e “Estruturas Rurais — Aplicação de novas Tecnologias em Engenharia Rural” (1991).

Representou a DGHEA entre Abril de 1991 e Janeiro 2000 na Secção de Inscrição e Classificação dos Gestores Gerais de Qualidade, da Comissão de Marca de Qualidade LNEC.

Desenvolveu actividades sobretudo nas áreas de projecto de pequenas estruturas hidráulicas, até 1997, e depois na fiscalização e coordenação de obras de que se destacam a construção das Barragens do Sabugal e do Abrilongo, do túnel Sabugal/Meimosa e dos 2.º e 3.º troço do Canal Condutor Geral da Cova da Beira.

Chefe de Divisão de Estruturas Hidráulicas na DGHEA, entre 1991 e 1993.

Chefe de Divisão de Obras e Fiscalização, no Instituto de Hidráulica Engenharia Rural e Ambiente (IHERA), entre 1999 e 2007.

Chefe de Divisão de Engenharia Agro-Rural na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) entre Março de 2007 e Março de 2011.

Principais acções de formação:

Curso de Segurança de Barragens

Curso FORGEP — Programa de formação em Gestão Pública

Cursos de Formação de Peritos Avaliadores

O Novo Código de Contratação Pública

204764464

Despacho n.º 10897/2011

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Ana Rita da Câmara Quental Medeiros Pereira, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764456

Despacho n.º 10898/2011

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Maria João Rosa de Carvalho Ramos, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764529

Despacho n.º 10899/2011**Termo do período experimental**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Cláudia Pinto Lauro, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764391

Despacho n.º 10900/2011**Termo do período experimental**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, o trabalhador João Alberto Mendes de Campos, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764375

Despacho n.º 10901/2011**Termo do período experimental**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Ana Cristina Sequeira Pereira, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

3 de Junho de 2011. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Serviços Gerais, *Teresa Núncio*.

204764294

Despacho n.º 10902/2011**Termo do período experimental**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da referida lei, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a trabalhadora Isabel Maria de Sousa Tomé de Andrade, concluiu com sucesso o seu período experimental, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Instituto da Água, I. P.

28 de Junho de 2011. — O Presidente, *Orlando Borges*.

204852479

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.**Despacho n.º 10903/2011**

Considerando que

Através do protocolo n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 08 de Julho foi delegado no Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB), com a faculdade de subdelegação nos directores dos Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas — Sul e das Zonas Húmidas, as competências cometidas à ARH-Algarve pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

As competências delegadas consistem no licenciamento e autorização das actividades de salinicultura, piscicultura e moluscicultura e das operações de dragagem de manutenção, quando incidentes nos territórios integrados no Parque Natural da Ria Formosa (PNRF), no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) ou na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (RNSCMVRS), com excepção das que se localizem em mar aberto e na fiscalização e vigilância técnica dessas mesmas actividades, quando exercidas nos territórios descritos, tornando-se necessário subdelegar aquelas.

Assim, no uso das competências que me foram delegadas, do protocolo n.º 1/2009, supra identificado e do artigo 43.º do Código do Procedimento Administrativo:

1 — Subdelego no Director do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Sul, Dr. João Alves, e no Director do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, Dr. João Carlos Farinha, todas as competências que me foram delegadas através do protocolo n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 08 de Julho.